

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022
PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI 8.666/93 E POSTERIORES ALTERAÇÕES, BEM COMO A LEI FEDERAL Nº 10.520/02, E AINDA DECRETO Nº 10.024 /19. ACERCA DA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 010/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022.

Emerge o presente parecer solicitado pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Vertente do Lério/PE, acerca da legalidade do procedimento licitatório nº 010/2022, pregão eletrônico nº 006/2022, o qual detém como objeto a aquisição de 02 (dois) veículos 0KM do Tipo Van, Para atender as necessidades de transporte escolar do Fundo Municipal de Educação de Vertente do Lério/PE. Tendo como órgão participante o Fundo Municipal de Saúde.

Destarte, emitimos o presente parecer, ressaltando sempre que o exame dos motivos determinantes do ato em análise cabe ao Ordenador de Despesas, para quem devem os autos ser remetidos, com fins de verificar a oportunidade e conveniência.

Ressalte-se que os pareceres emitidos por essa Assessoria Jurídica são dotados de caráter opinativo, relatando a lei e suas especificações e nada outorgando os atos da autoridade competente.

RELATADOS OS FATOS. PASSO A OPINAR.

Trata-se de exame jurídico a ser realizado nos autos do presente processo licitatório, o qual detém como objeto a aquisição de 02 (dois) veículos 0KM do Tipo Van, Para atender as necessidades de transporte escolar do Fundo Municipal de Educação de Vertente do Lério. Tendo como órgão participante o Fundo Municipal de Saúde.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município, no uso de suas atribuições, assim outorgadas a este legalmente, inclusive na ordem da legislação Municipal, autorizou a abertura do processo licitatório por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, legitimamente nomeada.

A modalidade escolhida encontra guarida e extenso amparo normativo no art. 1º da Lei 10.520/2002, assim como no Decreto Federal nº 10.024/2019 em seu art. 1º.

Ademais, verifica-se ainda que o modo de disputa adotado para o Pregão eletrônico foi a modalidade aberta, em que os lances são públicos e sucessivos.



prorrogações estabelecidas no instrumento convocatório, modalidade amparada pelo Decreto Federal 10.024/2019.

Decreto Federal de nº10.024/2019

Art. 31. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou
[...]

Salienta-se, que o presente parecer é dotado de caráter opinativo, destarte, não detém conhecimentos técnicos para auferir os valores praticados pela Administração Pública e arrematados ao final

Isto posto, pugna esta Assessoria Jurídica que após devida análise em todos os atos no Procedimento Licitatório em comento, constata-se como favorável o parecer à homologação do certame, com conseqüente adjudicação a quem neste triunfou. Insta oportunizar que deve o presente expediente ser encaminhado ao ordenador de despesa, para análise e decisão final.

É o Parecer. Salvo Melhor Juízo.

Vertente do Lério (PE), terça-feira, 11 de outubro de 2022.



PAULO GONÇALVES DE ANDRADE
ADVOGADO - OAB|PE nº 46.362

